O direito à diferença e à diversidade.

 O Brasil é um país rico de conteúdo cultural devido às suas inúmeras etnias que compõem a sociedade. Os séculos de escravidão deixaram uma marca profunda em nossa história e seus reflexos são sentidos até os dias atuais, mesmo diante dessa pluralidade cultural, o país possui inúmeras desigualdades étnicas.

 Essa desigualdade se faz presente em diversos aspectos da sociedade, principalmente no que se refere ao âmbito escolar, que é o início do processo de desenvolvimento do ser humano enquanto sujeito de direitos. Consequente a isso, o resultado é negativo, o silêncio, que pode levar ao condicionamento do fracasso em todas as esferas da vida social, perpetuado nas relações sociais desiguais somado ao preconceito e racismo, que cercam a cultura e a identidade negra, que é marcada por um padrão, construída por uma comunidade que se acha melhor e superior. Portanto, é necessário refletir como se dá a construção da identidade pessoal e social, sendo as experiências dos três primeiros anos de vida fundamentais.

 O racismo estrutural presente na vida cotidiana de toda a sociedade impregna o sentimento de não pertencimento social e de segregação racial da população negra, expondo as fragilidades do discurso igualitário existente no mundo, pois posiciona alguns indivíduos em um pódio de superioridade em relação aos outros. Nos dias atuais, infelizmente, isso é mais comum do que pensamos, principalmente no que diz respeito ao contexto escolar, onde as crianças estão inseridas, sendo a escola palco de exclusões e disseminação de preconceitos e discriminações. Referente a isso, fica evidente que a construção da identidade e o saber para a criança negra acaba sendo um processo mais complexo e dificultoso, a respeito disso, é inevitável que o indivíduo tenha o suporte correto e necessário para o seu crescimento pessoal. Sendo assim, é imprescindível destacar a importância da presença dos pais e professores na formação de seus filhos e alunos, pois estes são responsáveis pela legitimação ou desvio conhecimento e valores obtidos pelos menores durante o seu desenvolvimento enquanto cidadão, tendo direito e deveres respeitados. Desempenham, portanto, importante papel na relação da criança com o mundo.

 Para tanto, segundo o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), “o ser humano nasce bom, a sociedade o corrompe”. Essa ideologia nos leva a compreender que as ações do homem não passam de um reflexo do meio em que o mesmo vive e se constrói. Neste contexto, para que a identidade racial da criança negra seja promovida há necessidade de trabalhar a história e cultura afro-brasileira nas escolas, desde o ensino básico até o superior. A inclusão dessa temática na formação dos profissionais se justifica pela possibilidade de trazer à tona preconceitos, pois a discriminação é amplamente disseminada dentro da comunidade estudantil, que invés de discutir sobre a diversidade opta pela exclusão... assim vamos desenvolvendo nosso papel de educador mostrando oportunidades para conhecer, valorizar e incorporar a cultura africana e o fundamental papel dos afrodescendentes na formação do povo brasileiro. Apesar da obrigatoriedade, ainda que assegurada na Lei Federal nº 10.639/03, leis sozinhas ainda não são suficientes, nessa luta, o papel do docente é essencial pois, é certo que as crianças pequenas desde cedo interiorizam ideias preconceituosas, com isso nos educadores temos que mostrar para as crianças como todo e qualquer assunto, falar de forma lúdica e franca, esse caminho parece ser o melhor inclusive quando o tema é racismo, isso acaba tornando bullying na escola.

 Consoante isso, os profissionais que não sabem lidar com tal problema e muitas vezes se omitem, ou na pior das hipóteses, discriminam com ações, palavras e atitudes os alunos em específicos. A escola tem um papel fundamental na busca por uma educação justa, consciente e sem racismo, ou seja, a escola, que se nega a tomar providências, reforçam os preconceitos. Portanto, o profissional educador deve ter formação e estar habilitado para melhor lidar com a situação da realidade social e racial do país, para conduzir e contribuir ao combate ao preconceito e discriminação, levando em conta a especificidade de cada aluno. Por conseguinte, haja vista uma conscientização social tanto como cultural, pois mesmo que existam leis que “ supostamente beneficie os negros”, dentre outras raças e minorias, ainda é preciso criar ferramentas... É preciso criar um mecanismo cultural, no qual as novas gerações participem diretamente do processo de desenvolvimento e do respeito amplo pelo todo, fora isso, apenas, instituições não governamentais e governamentais serão os verdadeiros beneficiados no que se refere a diversidade da população brasileira. Chamamos de identidade o processo de reconhecer em nós as nossas características e entram nesse processo as identificações, a autoconsciência, a autoestima e o reconhecimento do outro. Conforme o artigo n° 206 da Constituição Federal de 1988, além da garantia da liberdade de aprender e de ensinar, o texto estabelece uma variedade de ideias. Debater sobre esse tema nas demais instituições de ensino é, então, necessário para que não se torne um problema isolado e promover a tolerância entre as diferentes formas de se expressar e as diferentes manifestações dos pensamentos e modos de viver presentes na nossa sociedade.

 Posto isso, o acesso a um ambiente que estimula o respeito à diversidade ajuda a formar jovens mais civilizados, que prezam o senso de coletividade.

1-JANE GOMES CASTRO, Graduada em Ciências Biológicas e Pedagogia pela UFMT-Universidade    Federal de Mato Grosso e especialista em Ecoturismo e Educação    Ambiental pela UFLA.

2-GEAN KARLA DIAS PIMENTEL- Graduada em Secretariado Executivo Trinligui e Pedagogia: Pós Graduação em Psicopedagogia. Professora na Rede Municipal de Ensino Público na cidade de Rondonópolis.

 3-GRACIELE CASTRO SILVA- Graduada em Administração: Pós graduada em Educação Infantil e Alfabetização. Auxiliar de Higienização rede de    ensino pública Municipal de Rondonópolis.

4-ADRIANA PERES DE BARROS, Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista-UNIP, Especialista    em: Educação Infantil e Alfabetização, pela AVEC- Associação    várzea-grandense e Ensino e Cultura e Psicopedagoga pela FIC –    Faculdade Integrada de Cuiabá e Auxiliar de Higienização rede de    ensino pública Municipal de Rondonópolis.